



Psicologia & Sociedade

ISSN: 0102-7182

revistapsisoc@gmail.com

Associação Brasileira de Psicologia Social
Brasil

Pires Caniato, Angela Maria; Cotrim Cesnick, Claudia; da Silva Araújo, Juliana
SUBJETIVIDADES CÚMPLICES E O SOFRIMENTO PSICOSSOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE
Psicologia & Sociedade, vol. 22, núm. 2, mayo-agosto, 2010, pp. 236-246
Associação Brasileira de Psicologia Social
Minas Gerais, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309326457004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

SUBJETIVIDADES CÚMPLICES E O SOFRIMENTO PSICOSSOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

COMPLICE SUBJECTIVITIES AND THE PSYCHIC AND SOCIAL SUFFERING IN CONTEMPORARY

Angela Maria Pires Caniato, Claudia Cotrim Cesnick e Juliana da Silva Araújo
Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Brasil

RESUMO

O presente trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica que problematiza a sustentação subjetiva de práticas psicossociais conformistas. Para discutirmos nosso objeto de estudo, primeiramente adentramos no campo sociológico, na busca por compreender o nascedouro da atual organização do trabalho. Assim, foi possível entender o emergir do modelo toyotista de produção, o papel das mobilizações dos trabalhadores das décadas de 1950 a 1970 na vida socioeconômica e política dos indivíduos. Esta investigação viabilizou a historicização da subjetividade do homem contemporâneo e o sofrimento psicossocial paralisador no qual vive hoje. Pudemos discutir a cumplicidade inconsciente da subjetividade sob esses processos dolorosos, sua adesão a formas de pseudoindividação engendradas pela indústria cultural. Por fim, analisamos a fragilização dos vínculos sociais ante a competição e o processo de internalização das injunções sociais violentadoras, sustentadas pelo sentimento de culpabilidade e suas consequências nas subjetividades atuais.

Palavras-chave: mundo do trabalho; sofrimento; violência social; sentimento de culpabilidade; competição

ABSTRACT

This research intends to problematize the subjective support of conformist psychosocial practices. In order to discuss about our case study, first we have to enter in the sociological field, trying to understand the birthplace of the current organization of Labor. The emergence of the Toyotist model, the role of mobilizations of workers in the decades from 1950 to 1970, in the socioeconomic and political life of people. Investigations made feasible the historicization of contemporary human subjectivity and the psychosocial suffering which people experience today. We could discuss the unconscious complicity of subjectivity under these painful processes, its adherence to forms of pseudo-individualization engendered by the culture industry. Finally, we analyzed the weakening of social ties in the face of competition and the process of internalisation of violent social orders, underpinned by feelings of guilt and its consequences in the current subjectivities.

Keywords: world of labor, suffering, social violence, feelings of guilt; competition

1. O mundo do trabalho contemporâneo: da crise do taylorismo-fordismo ao modo de produção flexível do toyotismo

Ancorado na historicidade da subjetividade e na compreensão do papel preponderante do trabalho como nucleador dos processos de construção da identidade social (Carvalho, 2001) e como o *locus* reprodutor dos valores norteadores do *status quo*, este artigo se inicia com um breve resgate que pretende focalizar o como se articulam as transformações nos processos de produção com as exigências de adequação das subjetividades aos novos métodos de trabalho.

O processo de produção denominado Taylorismo nasce da tentativa de Frederic W. Taylor (1856-1915) de dinamizar o trabalho na indústria. Taylor introduziu princípios de gerência e organização do trabalho nos Estados Unidos que foram aplicados nas últimas décadas do século XIX. O taylorismo, ou a chamada "Administração Científica do Trabalho" (Lisboa, 2002), propôs uma separação na atividade produtiva, dividindo-a em trabalho intelectual, responsável pelo planejamento, concepção e direção, e trabalho manual, o de execução.

Os princípios do taylorismo eram: "dissociação do processo de trabalho das qualificações dos trabalhadores; separação da concepção e da execução do trabalho e uso do monopólio do conhecimento para

controlar os distintos passos do processo de trabalho e seu modo de execução” (Lisboa, 2002, p. 35, grifos nossos). Este modo de produção colaborou para que o trabalhador se tornasse altamente descartável e substituível. Ele foi transformado em “uma massa bruta destituída de capacidade crítica e de satisfação, por não valorizar atividades criativas. Suas tarefas são as de puxar alavancas, apertar botões, supervisionar painéis, vigiar equipamentos ou alimentar máquinas com matéria-prima” (Carmo, 1992, p. 42).

Conforme aponta Lisboa (2002), no início do século XX Henry Ford introduziu em sua fábrica (Ford Motor Co.), também nos Estados Unidos, um novo modelo de produção e gestão, o qual se fundamentava em inovações técnicas e organizacionais. Os objetivos desse modelo de organização são a produção e o consumo em massa:

Essa atividade em cadeia elevou o grau de mecanização no trabalho, reduzindo ainda mais a iniciativa e a autonomia dos operários. ... Através da esteira transportadora o fordismo fixa o operário em seu posto, fazendo com que as peças e os componentes venham até ele, para que “nenhum homem precise dar um passo”, diz Ford. (Carmo, 1992, p. 44)

Gounet (2002) afirma que o fordismo se fundamenta em cinco pilares, a saber: (a) em resposta a um consumo amplo, o fordismo se atirava à produção em massa; (b) as tarefas são parceladas (é a primeira racionalização, seguindo o taylorismo); (c) a esteira rolante regula e liga os diferentes trabalhos: cria-se a linha de produção e os funcionários são enfileirados de frente à esteira para realizar as operações que lhes cabem; logo, a cadência do trabalho é ditada pelo ritmo da esteira; (d) as peças de montagem são padronizadas para que o trabalhador só realize movimentos simples; Ford comprou as firmas que fabricavam as peças, investindo no controle direto de um processo de produção, verticalizado; e (e) automação da fábrica.

As reformas administrativas e no sistema de produção trazidas por Taylor e Ford colaboraram para que mudanças importantes fossem concretizadas, como a fragmentação do trabalho, o estabelecimento de relações desiguais – proporcionadas pela divisão em trabalho intelectual e manual – e a possibilidade de excluir indivíduos do sistema produtivo e, conseqüentemente, da sociedade (Lisboa, 2002).

No Japão, o fordismo não encontrou tanto espaço como nos Estados Unidos. Segundo Gounet (2002), a possibilidade de consumo nipônica era mais limitada, e a manutenção da concorrência na indústria automobilística era difícil para os fabricantes japoneses. Naquele país, além de débil, a demanda era direcionada para o consumo de veículos menores, os quais correspondiam à situação econômica e à configuração geográfica

acidentada e pouco espaçosa do país; era mais diversificada (exigia mais variedade e menor quantidade de automóveis); os custos imobiliários eram muito altos, considerando-se a restrição de espaço físico no arquipélago.

Conforme o autor, progressivamente, durante as décadas de 1950 a 1970, a Toyota implantou no Japão uma nova organização do trabalho: o toyotismo, cujos métodos o mesmo autor afirma que podem ser resumidos em seis bases, como segue:

(a) A produção é guiada pela demanda e o crescimento pelo fluxo de mercado; (b) o trabalho da fábrica é decomposto em quatro operações: transporte, produção, estocagem e controle de qualidade; (c) a função básica do operário é manter as máquinas funcionando e prepará-las para reduzir ao máximo o tempo de não funcionamento. A relação na Toyota passa a ser, em média, de um homem para cinco máquinas; enquanto quatro funcionam, o operário carrega, descarrega, enfim, prepara a quinta máquina; (d) a organização da produção é feita utilizando o método kanban. O kanban é uma espécie de placa (etiqueta) que se liga a uma peça. Quando a peça é utilizada na produção, ela sai da reserva e seu kanban é dela retirado, para indicar que ela saiu dos estoques; o kanban é encaminhado, então, para o setor responsável pela fabricação da peça utilizada. Esse método elimina a burocracia interna administrativa; (e) a Toyota produz modelos variados e precisa de uma linha de montagem adequada a esse tipo de produção; portanto, necessita de maquinário que possa ser modificado rapidamente para adequar-se ao início da produção dos novos modelos, conforme a velocidade da demanda; (f) a Toyota desenvolve relações de subcontratação com as empresas fornecedoras de autopeças, ou seja, o processo é horizontalizado¹.

Quanto ao trabalhador e às condições de trabalho, o que muda no toyotismo em relação ao taylorismo-fordismo? O trabalhador maquinico, individualizado e acrítico do taylorismo-fordismo parece ficar “retrogrado”, pois o toyotismo exige de seu operário habilidades para consertar máquinas e mantê-las produzindo (ao menos cinco máquinas em média), além de ser igualmente responsável pela máquina do colega de trabalho em caso de pane. O trabalhador opera um sistema e cada um responde por si e por todos. A cadência da tarefa é controlada e vigiada pelos operários mutuamente, responsáveis por todo o sistema. É essa noção de controladores de pares que corresponde à ideia de equipe no toyotismo; por outro lado, a demanda como parâmetro de produção leva os indivíduos a serem flexíveis para poderem atender às exigências diferenciadas da ordem do consumo.

Deve-se ressaltar que essas são as condições dentro da fábrica montadora, as quais diferem, sim, das condições dentro da empresa subcontratada fornece-

dora, pois essa, obrigatoriamente, adota um sistema de organização mais flexível e segue uma demanda mais diferenciada; ou seja, a montadora, que deve responder à demanda do mercado, pressiona a subcontratada a se adequar às suas necessidades, e esta última, por sua vez, é comandada pela variabilidade do consumo. Logo, as exigências de intensificação do trabalho e de flexibilidade são ainda maiores. Ademais, a montadora aproveita-se da precarização mais acentuada das condições de trabalho na subcontratada para aumentar sua margem de lucro e concorrência².

Quando os trabalhadores assumiram as empresas e se mostraram capazes de fazê-las funcionar em bons níveis de produtividade sem a ajuda de administradores ou dos patrões, eles acabaram por transformar a disciplina instituída nas fábricas e remodelar as hierarquias dentro dessas (Bernardo, 2000). Os trabalhadores exibiram suas competências e demonstraram que, mais do que braços maquinicos, eles eram capazes de transformar a mais fundante relação social do trabalho: patrão, propriedade privada e mão de obra proletarizada. Isso se constituiu em uma ameaça para a classe dos proprietários do capital.

Bernardo (2000) afirma que a derrocada dos movimentos revolucionários dos trabalhadores nas décadas de 1960 e 1970 deveu-se ao fato de os capitalistas se reorganizarem, introduzindo novos problemas e desafios nas relações sociais de trabalho, de forma a desarticular os trabalhadores. Os capitalistas retomaram sua primazia abarcando as estruturas criadas pelos trabalhadores revolucionários e delas se apropriando.

2. De como o homem se escraviza no trabalho, submetido a uma acirrada competição entre os pares

As perversas ligações entre capital e trabalho fazem com que o trabalhador fique extremamente vulnerável ao mercado econômico global. Acerca disso, Bernardes (2001) afirma: “a empresa transforma-se em máquina de vulnerabilizar e excluir seres humanos, ainda mais quando combinada à política econômica de não crescimento e calculada recessão” (p. 27). O descompromisso do capital com o trabalhador acentua-se: o compromisso cada vez maior é com a geração de mais lucro, mais acumulação. O instalar e desinstalar de fábricas, predominantemente nos países subdesenvolvidos, é um desdobramento desse processo, pois as fábricas aproveitam subsídios tributários concedidos pelos governos com a promessa de geração de empregos e riquezas e exploram a mão de obra barata, e quando recebem um convite mais atrativo (lucrativo), removem sua base de produção com destino ao novo oásis de ex-

ploração, deixando para trás uma leva de trabalhadores aturdidos e desorientados por não terem mais como prover sua sobrevivência e a de suas famílias.

A essa instabilidade a que o trabalhador é lançado soma-se a diminuição progressiva de muitos postos de trabalho (Antunes, 2001), em decorrência do fenômeno da automação (Guareschi, 1999) e da intensificação do trabalho para aqueles que estão empregados (Gounet, 2002). Esses fatos têm como maior consequência o aumento do desemprego e do subemprego (Pochmann, 2001), e, com a economia globalizada, os países subdesenvolvidos tiveram as desigualdades sociais ainda mais acirradas. Pochmann (2001) afirma:

O desemprego e a desigualdade de salários e renda se mostraram crescentes entre nações ricas e pobres, bem como no interior de cada país, especialmente entre as economias não desenvolvidas, que na tentativa de superar as condições de periferia do dinamismo mundial transformaram-se numa grande feira internacional de concorrência pelo oferecimento de mão-de-obra a custos decrescentes (p. 81, grifos nossos).

Diante do panorama de “fluidez”, transnacionalização de empresas e capital, do crescente descompromisso do capital para com o trabalho pela via da terceirização, de concorrência em nível mundial (Bauman, 2001) e de diminuição progressiva dos postos de trabalho (Antunes, 2000), percebe-se que

as propostas dominantes são as de competição em todos os níveis, liberalização dos mercados nacionais, desregulamentação dos mecanismos de controle da economia, flexibilização das relações de trabalho, questionamento da idéia de nacionalidade, privatização irrestrita e crença no predomínio econômico sobre o político, o cultural e o social (Neves, 2001, p. 59, grifos nossos).

Para que uma empresa se mantenha no mercado mundial, é preciso que ela obedeça à lógica que o rege: produzir com “maior qualidade” e menor custo e tempo, para que assim ofereça um produto “melhor” e mais barato que o de suas concorrentes. O salário de um empregado é considerado uma despesa, e uma redução no quadro de funcionários significa uma redução direta no custo de produção. Os trabalhadores vivem, pois, a tensão e a ansiedade de ter que reduzir e otimizar crescentemente sua capacidade produtiva (Carvalho, 2001), visto que, inevitavelmente, o indivíduo menos produtivo será descartado e substituído por outro mais ágil. Nessas circunstâncias,

os trabalhadores se envolvem totalmente no competir, no poder ganhar o mais possível, de um lado, e em controlar seu adversário para que não fira as normas do jogo ... de outro lado. Um se torna vigia e informante do outro para que jogue corretamente (Guareschi & Grisci, 1993, p. 28).

Na medida em que foi identificado que a competitividade da empresa depende da habilidade do trabalhador - pois é ele quem, de maneira criativa, reforma esquemas técnicos debilitados no processo produtivo (Dejours, 2001) -, passa a ocorrer uma “apropriação do saber-fazer intelectual do trabalho pelo capital” (Antunes, 2000, p. 23). Isso porque a produção está cada vez mais vinculada à demanda de mercado e sujeita a toda variação e heterogeneidade criada por esse: o trabalho é realizado em equipe e o trabalhador tem de ocupar uma multivariabilidade de funções (toyotismo).

Dessa forma, além da apropriação na execução do trabalho manual, “na lógica do toyotismo há a percepção de que é preciso devolver ao trabalhador aquele ‘espaço de subjetividade dentro da fábrica’ onde ele possa criar pelo e para o capital” (Antunes, 2001, p. 42); isto é, a captura do “saber-fazer-saber” do trabalhador, nas palavras de Carvalho (2001), mediante a qual é delegada ao trabalhador a criação de novas alternativas para responder à demanda de mercado que agora guia a produção da empresa.

Uma fábrica, uma usina ou um serviço só funciona quando os trabalhadores, por conta própria, usam de artimanhas, macetes, quebra-galhos, truques; quando se antecipam, sem que lhes tenham explicitamente ordenado, há incidentes de toda a sorte; quando, enfim, se ajudam mutuamente, segundo os princípios de cooperação que eles inventam e que não lhes foram indicados de antemão. (Dejours, 2001, p. 56)

Ante o imperativo do competir, a atual estruturação do sistema produtivo acaba por propiciar a exacerbação do individualismo (Guareschi, 1999). Nesse contexto, estabelecer relações solidárias entre os homens/trabalhadores torna-se praticamente impossível. O outro se torna um inimigo real, já que está investido da possibilidade de lhe retirar o meio de sobrevivência, ou seja, seu posto de trabalho. Sendo assim, os indivíduos buscam manter-se empregados ou, ao menos, ficar o mais longe possível das listas de demissão (Dejours, 2001). Digladiam-se entre si para se manter trabalhando; ao mesmo tempo, nessa situação de fragilização e subordinação, podem ser melhor explorados pelo Capital:

com a ameaça de demissão pairando sobre todos os agentes de um serviço, a maioria dos que trabalham se mostra capaz de acionar todo um cabedal de inventividade para melhorar sua produção (em quantidade e em qualidade), bem como para constranger seus colegas, de modo a ficar em posição mais vantajosa do que eles no processo de seleção para as dispensas. (Dejours, 2001, p. 57)

No sistema neoliberal, segundo Guareschi (2001), “se não há diferenças, se não há extremos, esses extremos são instituídos, são criados, para que se dê o

confronto, a competição. É por isso que o liberalismo necessita intrinsecamente dos excluídos: os rejeitados são uma consequência lógica do sistema” (p. 68), e não sua falha. Diante dessa contingência, fica evidente que sentimentos de solidariedade são incompatíveis com a lógica neoliberal, pois a competitividade é o seu propulsor e o competir culmina, implacavelmente, na inveja e inimizade entre os trabalhadores, alimentadas pela contínua ameaça de exclusão de um deles ou até de ambos.

Perante uma realidade tão cruel e hostil e a possibilidade de tornar-se parte da “massa de excluídos” (Carvalho, 2001), ou parte do “exército mundial de força de trabalho sobrando” (Antunes, 2001), na busca de atender às demandas cada vez mais instáveis do mercado de trabalho e consumo, o indivíduo se submeterá a tudo o que se lhe exige. Esse é o *modus operandi* das fábricas modernas: o trabalhador e a trabalhadora em plena disponibilidade para o Capital, seja ele um capital que precise de quatro horas de trabalho ou de quatorze, ou ainda um capital que atravesse uma recessão (Antunes, 2001). Assim se faz o modelo de trabalhador ideal da atualidade:

Trata-se de um trabalhador multifuncional, uma pessoa que apresenta uma grande flexibilidade, vamos dizer aí, cognitiva, operacional e psíquica. Só que ao mesmo tempo, tendo as empresas na noção de multiempresas, como os próprios trabalhadores são obrigados a competirem entre si e a competirem consigo próprios em relação à nova atividade de trabalho (Carvalho, 2001, p. 55, grifos nossos).

Segundo Sennett (2001), “em termos ideais, o comportamento humano flexível deve ter a mesma força tênsil: ser adaptável às circunstâncias variáveis, mas não quebrado por elas” (p. 53). Isso significa que, vencida a disputa travada com o outro pelo posto de trabalho, o indivíduo passa a manter uma batalha cotidiana consigo próprio: deve ser capaz de suportar toda sorte de exigências que lhe impõem as situações variadas, decorrentes de um processo produtivo regido pela demanda. Kurz (2004) pontua a flexibilização como a forma mais sutil de desumanização.

La flexibilización, que fue elogiada como método de auto-realización, es en realidad, un método de auto-adiestramiento a las extrañas exigencias del sistema en crisis. Las personas deben analizarse a sí mismas como su propio capital humano, cada uno debe ser una pequeña empresa, cada individuo debe ser un medio único de auto-avaliación. Ser flexible parece no significar más que degradarse como un autómatas, que mecánicamente reacciona a las órdenes y señales del mercado. Es la forma más sutil de deshumanización. (p. 2)

Para a manutenção da atual configuração da estrutura do trabalho é exigido um tipo ideal de trabalhador

com uma estruturação subjetiva condizente que possa efetivar a sustentação de tal estrutura de atividade produtiva. Torna-se necessária a difusão social de ideias que valorizem determinada forma de ser/indivíduo para que se difunda uma aceitação dessa padronização dos indivíduos e do sistema vigente. Como diz Guareschi (1999): “Devemos ter bem claro que sem uma legitimação ideológica (psicológica e social), essa relação [de exclusão] não consegue se perpetuar por muito tempo e levaria a sérios conflitos sociais” (p. 14).

Ao tratar do tema poder/dominação, Guareschi (2001) se reporta ao sociólogo Herbert de Souza (Betinho):

nosso querido Betinho, nos últimos meses antes de morrer, afirmava que nós vivemos numa sociedade autoritária, numa sociedade fascista. Por quê? E ele respondia: por que há, no Brasil, nove famílias que detêm 92% da mídia. Os únicos que têm voz, os únicos que têm vez, os únicos que podem dizer suas palavras são eles, e os outros, só com a permissão deles. (p. 71)

Sendo assim, somente essas nove famílias poderão falar, organizar, ordenar a sociedade, enquanto os outros só se expressarão sob o jugo e/ou permissão de tais detentores do poder econômico e, consequentemente, da mídia. É notório que o controle dos grupos humanos cada vez mais se efetiva pelos meios de comunicação e a relação social exigida é a de dominação/submissão.

Mancebo (2000) aborda brilhantemente o papel dos meios de comunicação para a construção da subjetividade na contemporaneidade afirmando:

a ‘telinha’, mas também os demais veículos de comunicação e informação e outras instituições organizadoras do espaço social e das identidades sociais ... [A] apreendem o indivíduo em diversas situações de vida, inclusive em sua esfera estritamente privada; sugerem-lhe papéis, sentimentos e atitudes; tentam convencê-lo quanto aos comportamentos sociais mais indicados ou não, para o alcance do reconhecimento social e quanto às identidades a serem incorporadas ou excluídas, para uma exitosa existência social. (p. 7)

A mídia é sustentada e é expressão daqueles que detêm o poder econômico e propaga o modo de ser/indivíduo necessário para a manutenção do *status quo* - seu controle e dominação -, capturando os indivíduos ideologicamente numa adesão cúmplice de suas subjetividades ao poder hegemônico.

Em síntese, nossa compreensão é a de que a classe trabalhadora caminha aceleradamente para a pauperização, vivendo em exclusão psicossocial (Forrester, 1997) e exposta a ações marginalizadoras e de controle social em sua vida pública e privada. Além disso, essa população vem sofrendo a ação da maledicência de preconceitos sociais, sendo considerada “população de risco”, por ser interpretada como ameaçadora para

o *status quo* dominante (Caniato, 2008). A exposição dessa população às “categorias de acusação” (Velho, 1987) e às injúrias do “mito das classes perigosas” (Coimbra, 2001) torna tais indivíduos vulneráveis ao desenvolvimento do “sentimento de culpabilidade” pela internalização dessa violência social (Freud, 1981). Sob essa autopunição, os indivíduos estão impedidos de identificar a violência social que os maltrata e, consequentemente, os impossibilita de desenvolver certa criticidade com relação a si e às condições opressoras em que apenas sobrevivem, tornando-se cúmplices dessa opressão que os aniquila. Transformam-se em presas fáceis destas padronizações estereotipadas produzidas pela indústria cultural na sociedade capitalista contemporânea (Adorno, 1986a).

3. Sob o terror da ameaça constante: a luta pela sobrevivência e a fragilização dos vínculos sociais

A forma de organização que o trabalho adquiriu na contemporaneidade não vem propiciando aos homens desenvolver atividade produtiva e manter níveis adequados de saúde e integridade física, psíquica e social. Não obstante, para Carvalho (2001), mesmo estruturado de forma perversa, o trabalho não perdeu sua função como nucleador dos processos de construção da identidade social. Ele continua sendo fundamental aos papéis representativos do “eu”, da identidade individual. Segundo o autor, o sujeito se reconhece e é reconhecido socialmente a partir da atividade laboral que desenvolve.

Complementando, Forrester (1997) entende ser uma impostura continuar afirmando a centralidade do trabalho, sem avaliar a correlação sócio-histórica de sua atual configuração, pois na contemporaneidade há uma grande massa humana sem trabalho: são peles sobre corpos que perambulam pelas ruas, são a sujeira e a escória que mendiga e sobrevive de esmola, são os sem-teto, são os invisíveis que incomodam, são o produto e o resto de um sistema que não sobrevive sem eles. Eles não são apenas consequência de uma estruturação política, econômica e social, eles são aquilo em que essa estruturação se fundamenta, são as peças que levam a engrenagem capitalista a funcionar.

Assim, abordaremos algumas formas de sofrimento humano engendradas a partir da e na relação com o trabalho. Passemos então a compreender como essas formas de sofrimento são sustentadas e reproduzidas pelos homens, tanto os que estão no mercado de trabalho quanto os que estão totalmente à sua margem.

Dejours (2001), em seu livro sobre a banalização da injustiça social, diz que ocorre uma clivagem importante entre o sofrimento e a injustiça social.

Para o autor, quando o sofrimento é identificado como adversidade, ele fica equivalente a uma fatalidade, e o indivíduo impossibilitado de manifestar e reivindicar seus direitos junto ao *status quo* violentador. O sofrimento, assim, permanece relegado ao foro íntimo do indivíduo, não sendo percebido como resultante da perversa organização do trabalho da atualidade, que exclui muitos homens ou sobrecarrega os que estão trabalhando - precarizando ainda mais o já depauperado trabalhador da contemporaneidade.

Para manter o homem neste estado de resignação/cegueira perante o sofrimento, a própria dor e a dor do outro - não apenas o outro enquanto homem/trabalhador, mas também enquanto alteridade - se faz necessário que o *status quo* desloque para os indivíduos a responsabilidade pela causa desse sofrimento, enganando os homens por meio das mentiras e das falácias da indústria cultural (Adorno, 1986a). Assim transmite-se, veicula-se, um modelo glorificado de homem-trabalhador-“herói” - aquele ser sem limites e todo-poderoso que deve aguentar tudo calado. O modelo de homem da contemporaneidade não pode sentir dor, deve ser insensível a ela. Isto porque sentir dor suscita no indivíduo a percepção de uma situação que o agride, e diante da agressão ele pode reagir, defender-se. É feito um apelo inebriante à virilidade do homem (Dejours, 2001) que não se refere à sua masculinidade, mas sim a uma força sobre-humana de se tornar “homem-herói” (Caniato, 2000): ela é acionada para encobrir/sustentar essa negação do sofrimento.

Em última análise, a elogiada têmpera para a qual se é educado significa pura e simplesmente indiferença à dor. Aquele que é duro contra si mesmo adquire o direito de sê-lo contra os demais e se vinga da dor que não teve oportunidade de demonstrar, que precisou reprimir. (Adorno, 1986b, p. 39, grifos nossos)

O contexto atual da organização do trabalho, reiterando, traz como valor primordial a competição exacerbada entre os indivíduos – conducente à exclusão – e o autorreconhecimento verdadeiro de seu trabalho é praticamente impossível. Segundo Dejours (2001, p. 35), existe “reconhecimento do trabalho executado” (premiações), que é falso e conduz o indivíduo a se enganar, sublimando as adversidades embutidas neste viver hostil. Essa fraude transforma o sofrimento sentido, a angústia despertada no cotidiano de sua atividade, em sentimento de prazer (falsa felicidade). O que vem ocorrendo é que o sofrimento escamoteado desliza num círculo repetitivo e vicioso, nos moldes de uma “repetição compulsiva do trauma”, em que o sofrimento só gera mais sofrimento. Dejours (2001) afirma que a consequência dessa “roda viva” é a desagregação da identidade subjetiva de cada indivíduo conducente à doença mental.

As estratégias sociais de culpabilização do indivíduo (Dejours, 2001) têm possibilitado a constatação de que “muitas doenças produzidas pela organização do trabalho não são assim identificadas pelos serviços públicos ou privados de saúde, mas meramente como doenças produzidas por distúrbios orgânicos ou psíquicos que teriam sua etiologia no próprio indivíduo” (Ieno Neto, 2001, p. 245).

Tal constatação comprova a cumplicidade da comunidade científica, supostos detentores do saber, na imputação violenta da patologização dos indivíduos, ao ratificar as falsas ideias de que o sofrimento oriundo do trabalho é de cunho eminentemente psíquico. Adoecer e não desempenhar plenamente as exigências do mercado de trabalho remete o indivíduo à sensação de incompetência, e não à detecção do real absurdo exigido dele, sendo assim minimizada a violência das relações de trabalho. Ser dispensado do serviço ou, na melhor das hipóteses, ser substituído por outro trabalhador mais barato, não é entendido por ele como uma estratégia imperiosa de lucro do modo de produção, mas sim como expressão da sua incapacidade individual: o homem na empresa é, apenas, mais uma peça útil da máquina produtiva e de consumo.

Os indivíduos sob a lógica do “merecer viver” se lançam a uma desenfreada busca de competência no trabalho, já que sua existência está intrinsecamente ligada ao seu valor de mercado. Sendo assim, segundo Forrester (1997), o indivíduo

deve mostrar-se “útil” à sociedade, pelo menos àquela parte que a administra e a domina: a economia, mais do que nunca confundida com comércio, ou seja, a economia de mercado. “Útil”, aqui, significa quase sempre “rentável”, isto é, lucrativo ao lucro. Numa palavra, “empregável” (“**explorados**” seria de mau gosto!) (p. 13, grifos nossos)

De acordo com Dejours (2001), o trabalhador adere às exigências absurdas do mercado de trabalho sem identificá-las como violentadoras porque entendidas como consequências naturais e inevitáveis do sistema produtivo. Lutar contra a “Entidade Econômica Suprema Neoliberal”, além de absurdo, não corresponderia a fazer uma opção entre submeter-se ou recusar-se a servir, mas sim a ter que optar entre a sobrevivência e o desastre. Tragicamente, a sobrevivência hoje “está no entusiasmo com que cada um presta a sua contribuição para a luta concorrencial” (p. 94). Para aderir a esse engodo, os trabalhadores lançam mão de mecanismos de defesa psicológicos, como a racionalização e a negação, na tentativa de suportar o sofrimento gerado nas relações de trabalho. Pela via da racionalização, o sujeito confere uma falsa justificativa ao sofrimento vivido, e a negação faz com que o sofrimento perdure ao se negar que ele exista. Assim, gradualmente, os

indivíduos vão construindo barreiras em torno de si, de forma a se tornarem insensíveis ao seu sofrimento e ao do outro. Relegado ao foro íntimo, o sofrimento perde sua dimensão social, esvaziando sua força transformadora e, conseqüentemente, banalizando a injustiça social, porquanto o processo de mobilização/reivindicação deveria ser um movimento de reação à injustiça. Se sua origem é tida como não-social, não há motivos de mobilização nem de solidariedade entre os membros da classe trabalhadora.

O processo do desenvolvimento da tolerância ao sofrimento - logo também à injustiça social - ocorre em duas fases. A primeira fase, de acordo com Dejours (2001), é representada pela recusa sindical em considerar a subjetividade do trabalhador e, conseqüentemente, o sofrimento psíquico como originário das relações de trabalho: os sindicatos pensam o sofrimento como uma preocupação individual e, enganosamente, acham que questionar essa questão poderia pôr em xeque o processo de formação da consciência coletiva. A segunda fase corresponde à “vergonha” sentida pelo trabalhador de tornar público esse sofrimento.

Dejours (2001) afirma que a tolerância ao sofrimento psíquico dos que estão empregados abriu caminho para a tolerância ao sofrimento dos indivíduos na condição de desempregados - portanto, maciçamente excluídos (pp. 40-41). O apelo à vergonha é feito por meio de outra clivagem, não mais a realizada entre o sofrimento e a indignação, mas agora entre duas populações: a empregada e a desempregada. O processo de banalização da injustiça social inicia-se pela manipulação política da ameaça de aniquilamento social, e no seu extremo, diante das mais primitivas experiências de sobrevivência física (fome), pela precarização do trabalho e exclusão social.

Para Bourdieu (1998), todo o processo de precarização do trabalho descrito até o presente momento se inscreve num novo modo de dominação. Segundo o autor, a precariedade se funda em uma situação generalizada e permanente de insegurança, que objetiva fazer o trabalhador sucumbir ainda mais aos ditames da superexploração, ou melhor, da “flexploração”; e mais: a precariedade afeta os indivíduos no seu âmago. Pensemos nesses indivíduos que necessitam lutar dia após dia por sua sobrevivência, sob o jugo da ameaça contínua de decair ainda mais na escala social. Bourdieu (1998) afirma que para esses indivíduos o futuro torna-se tão incerto que é impossível organizar uma ação antecipada racional em prol de melhores condições de sobrevivência; além disso, quando não há crença no futuro, não há motivos para lutar.

A incerteza do presente é uma poderosa força individualizadora. Ela divide em vez de unir, e como não há maneira de dizer quem acordará no próximo dia em

qual divisão, a ideia de “interesse comum” fica cada vez mais nebulosa e perde todo o valor prático.

Os medos, ansiedades e angústias contemporâneos são feitos para serem sofridos em solidão. Não se somam, não se acumulam numa “causa comum”, não têm endereço específico, e muito menos óbvio. (Bauman, 2001, p. 170)

O processo de solidariedade entre os homens exige que haja entre eles algo comum, seja a pertença a uma mesma classe social, seja a igualdade de gênero, seja ainda a correspondência em nível financeiro. Ao contrário do que geralmente se pensa, a classe trabalhadora não constitui uma classe homogênea. Ela é formada por pessoas de níveis econômicos variados e que são insuficientes para unir e solidarizar as pessoas entre si em prol da melhora de suas condições de existência. Dessa forma, tal heterogeneidade não está apenas entre as categorias empregado e desempregado, mas remete muito mais à ação segregadora das diferenças inerente à relação capital e trabalho.

A humilhação da desqualificação não é identificada apenas por aqueles que sofrem a estigmatização. Ela é assim acreditada por toda a sociedade e, portanto, “visível a todos”, fazendo com que os indivíduos envergonhados se afastem de seus próprios vizinhos, neguem suas competências e se escondam em algum lugar para morar. Ao invés de entenderem que sua difamação é uma construção dos poderosos, eles se autorrejeitam, assumindo-se como merecedores dessa discriminação e humilhação ao fugirem daqueles que, apesar de viverem igual situação social, poderiam recriminá-los e humilhá-los mais ainda.

Mesmo as relações no seio da comunidade familiar podem ser afetadas, pois é difícil para alguns admitir que não esteja à altura das pessoas que o cercam. Ao falar de suas dificuldades conjugais, estabelecem uma relação etiológica entre a perda do emprego e as tensões surgidas em casa, que costumavam levar a uma separação ou a um divórcio. A desclassificação profissional soma-se uma desintegração familiar que aprofunda o sentimento de culpa (Paugam, 1999, p. 74, grifos nossos).

Difícilmente detectam a dureza e o horror de ser considerado até por si mesmo como uma nulidade, um estorvo. Essas autoacusações, reprovações e autodesprestígios mantêm os indivíduos resignados, e sua condição de abjetos os paralisa. Forrester (1997) entende que o sentimento de vergonha enfrentado pelo indivíduo que é descartado e desconsiderado até se sentir banido do sistema é uma das estratégias manipulatórias dos detentores do poder hegemônico,

Pois não há nada que enfraqueça nem que paralise mais que a vergonha. Ela altera na raiz, deixa sem meios, permite toda a espécie de influência, transforma em

vítimas aqueles que a sofrem, daí o interesse do poder em recorrer a ela e a impô-la; ela permite fazer lei sem encontrar oposição, e transgredi-la sem qualquer protesto. ... É ela, ainda, que permite a exploração dessa resignação, além do pânico virulento que contribui para criar. (p. 12, grifos nossos)

Todo esse processo leva o indivíduo a se colocar isolado em solidão e abandono e a afastar-se do outro, fazendo também esse outro afastar-se dele. Esse afastamento, essa distância, potencializa a insensibilidade e a indiferença morais entre os homens. O outro, distante, transforma-se num espectador do fracasso e da humilhação e deixa de ser referência de humanização, de amparo e de apoio, levando o indivíduo a se desligar de sua própria humanidade, constituindo-se como um ser insensível tanto ao seu sofrimento quanto ao sofrimento alheio.

4. A internalização da violência social e o sofrimento que conduz ao conformismo

As chagas da tolerância ao sofrimento padecido e infligido que em vão se procura escamotear e encobrir expõem os indivíduos aos sacrifícios que são impostos socialmente, mas que os tolos “heróis” têm medo e vergonha de admitir. Embevecidos e vaidosos por essa sua “qualidade”, deixam-se destruir no sadomasoquismo do “salve-se quem puder”, não lhes sobrando forças para a indignação de um “basta!”. Pobres heróis da atualidade! Não querendo ser identificados como fracos, sustentam a tolerância ao sofrimento, legitimam e reforçam a supercompetitividade, que acelera o processo de injustiça e da exclusão sociais do qual querem escapar (Dejours, 2001). Amargo e perigoso estoicismo nessa aceitação glorificada do sofrimento, já que a apologia do aguentar a dor calado fomenta a frieza, a insensibilidade e a indiferença que permitem a proliferação da barbárie na sociedade.

Assim diz Adorno (1986b) em seu texto *Educação após Auschwitz*:

aquele que é duro contra si mesmo adquire o direito de sê-lo contra os demais e se vinga da dor que não teve a liberdade de demonstrar, que precisou reprimir. Esse mecanismo deve ser conscientizado, da mesma forma como deve ser fomentada uma educação que não mais premie a dor e a capacidade de suportá-la. ... não devemos reprimir o medo. Quando o medo não for reprimido, quando nos permitirmos ter tanto medo real quanto essa realidade merecer, então possivelmente muito do efeito destrutivo do medo inconsciente e reprimido desaparecerá. (pp.39-40, grifos nossos)

São atroztes, não há dúvida, as injunções perversas e disruptivas que, a partir do mundo do trabalho, atra-

vessam o processo de socialização na contemporaneidade. Sob a lógica distorcida da competição violenta, não interessa à sociedade da usura que alguém seja referencial de autoridade e de amparo para ninguém, pois essas contingências fortaleceriam os indivíduos. Não há preocupação com a felicidade e vida coletiva em sociedade e se os indivíduos estão ou não vinculados/apoiados por laços afetivos entre si, nem com que esses desenvolvam a capacidade de pensar. Não é desejado que os homens sejam fortalecidos por relações de proteção e cuidados inerentes à disciplina, à imposição de valores, ao fortalecimento de um coletivo por laços de amizade e solidariedade, tanto menos que eles consigam pensar criticamente. É preciso que os indivíduos sejam “livres e independentes”, isto é, solitários e, portanto, vulnerabilizados para melhor serem cooptados como condutores privilegiados ou conduzidos massacrados pelo único sujeito social que verdadeiramente é soberano: o SENHOR CAPITAL. A sociedade contemporânea necessita de homens altamente individualistas, que não respeitem a alteridade e a diferença entre os indivíduos. A única ordem social a ser obedecida é a de não ter limites, portanto, de serem impulsivos e radicais. Não devem exibir quaisquer restrições diante das múltiplas performances que lhes são demandadas na sociedade. Precisam estar antenados para potencializarem suas diferentes ambições e habilidades como heróis, para serem os cooptados “privilegiados” na produção da ganância ou se conformarem à condição de condenados a sucumbir aos ditames da avareza na miséria. Em poucas palavras, vivemos todos sob a égide da VIOLÊNCIA, em suas diferentes nuances e sob o SOFRIMENTO PSICOSSOCIAL.

Certamente não é fácil, mas talvez possa ser elucidativo atingir uma perspectiva realista do homem atual, com a maior ou menor clareza de consciência que se possa ter, para admitir que todos estamos vivendo imersos nessa forma contemporânea de ser homem e inseridos numa ordem social que quase obriga a todos a dar obediência e adesão a certas falácias destruidoras do ser-homem. Se quisermos, paradoxalmente, permanecer vivos, mesmo que sob muito sofrimento, de certa forma, temos que seguir o “o bando ou quiçá a turba dos felizes sofrendores”, apegados à produção e ao consumo de mercadorias.

É, apenas, sob certa possibilidade de “podermos nos afastar”, isto é, de não dar por definitiva essa nossa forma de inserção social, que esta perspectiva, aparentemente óbvia e de fácil análise, transforma-se em um importante dificultador. Ela revela/exige muita persistência e dedicação de quem pretenda usar da astúcia e criticidade inerentes ao pensar humano para adentrar nos meandros da sociedade da “flexibilidade” (Sennett, 2001) e nela identificar os seus ardis. Todos

os que nos propomos a realizar esta análise necessitamos primeiro libertar nossa consciência das profundas distorções de valores que regem a vida dos homens na contemporaneidade, principalmente porque imbricados no *status quo* no qual o “ter” (dinheiro) substituiu o “ser” (homem). É muito difícil escapar da naturalização desses valores que atravessam as relações sociais e nos jogam na banalização das múltiplas maledicências e morbidades (Arendt, 2000; Bauman, 1998; Dejours, 2001), sob as quais apenas sobrevivemos. Mais difícil ainda porque tais valores estão internalizados e fortemente enraizados em nossa estrutura psíquica e porque supomos, enganosamente, serem tais exigências provenientes do nosso mundo interno. Pior ainda, nos mutilamos nessa autopunição (Freud, 1981, “sentimento inconsciente de culpabilidade”), quando não correspondemos às performances socialmente cobradas. É nesse cruel engano do autorreferenciar-se (correlato psíquico do individualismo) que cada um e todos reproduzimos no cotidiano de nossas relações psicossociais as diferentes nuances dessa violência, mesmo que de forma não intencional, sem o desejar e querer - como contingência necessária -, tornando-nos, ainda que inconscientemente, cúmplices da barbárie em que todos vivemos na contemporaneidade. Assim o fazemos porque estamos sob a proibição de reagir e de nos defender já que vivemos sob a mais-repressão social. Vejamos o que sobre isso nos diz Freud:

A qué recursos apela la cultura para coartar la agresión que le es antagónica, para hacerla inofensiva y quizá eliminarla? Ya conocemos algunos de estos métodos, pero seguramente aún ignoramos el que parece ser más importante. Podemos estudiarlo en la historia evolutiva del individuo. Qué le ha sucedido para que sus deseos agresivos se tornaran inocuos? Algo sumamente curioso, que nunca habríamos sospechado y que, sin embargo, es muy natural. La agresión es introyectada, internalizada, devuelta en realidad al lugar de donde procede: es dirigida contra el propio yo, incorporándose a una parte de este, que en calidad de super-yo se opone a la parte restante, y asumiendo la función de ‘conciencia’[moral], despliega frente al yo la misma dura agresividad que el yo, de buen grado, habría satisfecho en individuos extranños. La tensión creada entre el severo super-yo y el yo subordinado al mismo la calificamos de sentimiento de culpabilidad: se manifiesta bajo la forma de necesidad de castigo. Por consiguiente, la cultura domina la peligrosa inclinación agresiva del individuo, debilitando a este, desarmándolo y haciéndolo vigilar por una instancia alojada en su interior, como una guarnición militar en la ciudad conquistada. (Freud, 1981, p. 3053, grifos nossos)

Para tornar mais clara essa compreensão, precisamos identificar a presença da violência na cultura permitida para alguns poucos que a exercem sobre os

demais - como fez Freud em 1930 em *El Malestar en la Cultura* - e a ação da “mais-repressão social” para o resto dos homens, que, sob tal coação, atingidos que são pela violência oriunda da sociedade, veem-se obrigados a dar um caminho não protetor à sua própria agressividade: sufocam-na no seu mundo interno em um doloroso e mortífero processo de autodestruição, já que há uma proibição de reagir aos agravos sofridos. Pergunta-se então: por que tais indivíduos não reagem diante da violência sofrida? A resposta é: imbricados na repetição compulsiva dessa condição social traumática e em suas reverberações destrutivas no mundo interno dos indivíduos, é o “sentimento inconsciente de culpabilidade” que os impede de reagir e se proteger. Dito de outra forma, a cultura reprime a agressão que lhe é antagônica, para fazê-la inofensiva e até para eliminá-la: ela resolve o problema do instinto de morte, que lhe é antagônico, fazendo com que a violência social seja internalizada pelo sujeito. A espoliação social exige indivíduos dóceis e, como nos alerta Enriquez (1992), “não nos esqueçamos ser a apatia uma forma essencial do ódio” (pp. 2-3).

Segundo Freud (1981), agredir um objeto externo é um processo que está a serviço de Eros, pois a agressão se coloca a serviço da vida, protegendo o indivíduo de ataques externos a ele; é isso que os indivíduos não estão podendo efetivar. Cercado por todos os lados de violências/privações, o homem acredita-se responsável pela sua condição de espoliado. Quanto mais esse homem é obrigado a renunciar a sua satisfação instintual, mais poderosa torna-se a ação da consciência moral (superego cruel) e mais ele se culpabiliza por ações que independem dele. Lisboa (2002) aponta a cumplicidade dos indivíduos neste processo perverso de submissão à violência social/exclusão:

A responsabilidade pela exclusão está sendo enganosamente reputada, pelos próprios sujeitos, a si mesmos, enquanto pessoas. Trata-se de um sentimento de desvalia, de incapacidade e de incompetência autoatribuído e/ou atribuído pelos outros, sem uma análise objetiva de uma situação construída a partir de valores que não privilegiam o humano. (p. 42, grifos nossos)

Essa dissintonia do real é produto da indústria cultural (Adorno, 1986a), que funciona à base da “mais-repressão”, uma vez que impede o indivíduo de identificar seu real agressor, que passa, então, a ser vivido como alguém todo-poderoso a quem ele deve se render. Nele são depositadas suas idealizações, e o indivíduo atesta sua impotência ao se tornar vulnerável aos seus ditames espoliadores: passiva e conformadamente, espera dele uma possibilidade de sobrevivência.

A simbiose fusional dos indivíduos entre si (padronização) sob a égide da cultura contemporânea e a sua manutenção em condições regredidas fazem com

que eles deem aderência a uma série de “promessas de satisfação” que jamais virão a ser realizadas. Sua integração cúmplice à lógica do sistema faz dele um falso poderoso, falso onipotente, pois aquilo que lhe é prometido jamais lhe será dado: esse indivíduo é um rei, porém um rei destronado, um rei sem reino. A sociedade atual tanatiza e tantaliza o indivíduo, leva-o a buscar avidamente satisfação (goza!), mas vai-lhe retirando todas as condições reais para alcançá-la, restando à grande maioria dos indivíduos a eterna tortura de ter que se constituir enquanto indivíduo sem a presença do outro como amparo, pois esse outro, se não é seu competidor/inimigo, é o observador sádico de sua vergonha e humilhação - por não ter conseguido alcançar os ideais de vida absurdos e desumanizantes propostos pela poderosa indústria cultural. O indivíduo deve guardar seus anseios para si, morrer prematuramente, como nos mostrou Forrester (1997) e, sobretudo, deve se sentir como o único a ser responsabilizado e culpado por toda e qualquer condição degradante que o acometa.

Como é possível ser construído um processo tão destrutivo quanto esse? Para Cohn (1986), o processo de internalização dessa ordem proibitiva e da des-trutividade humana ocorre via ideologia, no nível da violência simbólica. A ideologia veiculada se torna a própria verdade, de tal forma que os indivíduos perdem a capacidade de discriminar de forma consciente e protetora a que ou a quem dar adesão:

[a ideologia] além de ser um processo formador de consciência, e não apenas instalado nela, opera no nível inconsciente, no sentido forte do termo: ela não apenas oculta dados da realidade, mas os reprime, deixando-os sempre prontos a retornar à consciência, ainda que de novo sob formas ideológicas. Nessas condições, o desenvolvimento da consciência pelo contato reflexivo com a realidade é um processo doloroso (p. 17, grifos nossos).

A veiculação da ideologia efetivada pela indústria cultural - a mídia, a serviço do poder econômico - visa a produzir indivíduos regredidos, fáceis de dominar, comandar e enganar. Sob sedução, a mídia consegue conter o funcionamento das estruturas superiores ligadas à inteligência e à consciência, que conferem ao homem a capacidade de discernir, discriminar e julgar, que sob pretexto algum jamais devem ser acionadas.

Assim, os homens da contemporaneidade, além de estarem impedidos de se mobilizar coletivamente para reivindicar melhorias de vida e de trabalho, porque vivem sob a lógica do “salve-se quem puder”, ou seja, da competitividade massacrante dos vínculos não solidários - individualismo exacerbado -, sob o impacto do sentimento de culpabilidade, da mais-repressão social e de sua pulsão tanática em toda a sua expressão autopunitiva (Freud, 1981), “não conseguem colocar as

suas agressividades a serviço de suas vidas e sucumbem na apatia e no conformismo na/pela violência social internalizada” (Caniato, 2000).

Notas

- 1 As subcontratadas são empresas à parte – as chamadas “ilhas de produção” –, mas as montadoras detêm o controle sobre elas, usando de participação de capital, fazendo investimentos e incorporações nas associações de suas subcontratadas titulares.
- 2 O sistema fordista de produção não foi suprimido, como também não existe apenas o modo toyotista de organização do trabalho. Os sistemas mesclam-se conforme aquilo que se produz e onde se produz – geralmente nos países com o nível econômico baixo e/ou concentração de renda significativa, a precarização das condições de trabalho tende a ser mais acentuada.

Referências

- Adorno, T. W. (1986a). Indústria Cultural. In G. Cohn (Org.), *Theodor W. Adorno: Sociologia* (pp. 92-99, Grandes Cientistas Sociais, 54). São Paulo: Ática.
- Adorno, T. W. (1986b). Educação após Auschwitz. In G. Cohn (Org.), *Theodor W. Adorno: Sociologia* (pp. 33-45, Grandes Cientistas Sociais, 54). São Paulo: Ática.
- Antunes, R. (2000). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- Antunes, R. (2001). A questão do emprego no contexto da reestruturação do trabalho no final do século XX. In C. R. Horta & R. A. A. Carvalho (Orgs.), *Globalização, trabalho e desemprego: processos de inserção, desinserção e reinserção: enfoque internacional* (pp. 38-47). Belo Horizonte: C/Arte.
- Arendt, H. (2000). *Eichman em Jerusalém. Um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Bauman, Z. (1998). *Modernidade e holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2001). Trabalho. In Z. Bauman, *Modernidade Líquida* (pp. 150-192). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bernardes, N. M. (2001). O desemprego em massa entre jovens: dimensões e alternativas em políticas públicas. In C. R. Horta & R. A. A. Carvalho (Orgs.), *Globalização, trabalho e desemprego: processos de inserção, desinserção e reinserção: enfoque internacional* (pp. 225-233). Belo Horizonte: C/Arte.
- Bernardo, J. (2000). *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores. Ainda há lugar para os sindicatos?* São Paulo: Boitempo Editorial.
- Bourdieu, P. (1998). *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Caniato, A. M. P. (2000). Da violência no ethos cultural autoritário da contemporaneidade e do sofrimento psicossocial. *Psi – Revista de Psicologia Social e Institucional*, 2(2), 197–215.
- Caniato, A. M. P. (2008). A violência do preconceito: a desagregação dos vínculos coletivos e das subjetividades. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 60(2), 20-31.
- Carmo, P. S. (1992). *A ideologia do trabalho*. São Paulo: Moderna.

- Carvalho, R. A. A. (2001). O mundo do trabalho e o início do milênio: reconfiguração de perfis entre os processos de inserção, "desinserção" e reinserção de (novos) sujeitos trabalhadores. In C. R. Horta & R. A. A. Carvalho (Orgs.), *Globalização, trabalho e desemprego: processos de inserção, desinserção e reinserção: enfoque internacional* (pp. 149-165). Belo Horizonte: C/Arte.
- Cohn, G. (1986). Introdução: Adorno e a teoria crítica da sociedade. In G. Cohn (Org.), *Sociologia* (pp. 7-30, Grandes Cientistas Sociais, 54). São Paulo: Ática.
- Coimbra, C. (2001). *Operação Rio: o mito das classes perigosas. Um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro/Niterói: Oficina do Autor/Intertexto.
- Dejours, C. (2001). *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Enriquez, E. (1992). Vida comunitária e função imaginária. In *Anais do I Congresso Brasileiro de Psicologia da Comunidade e Trabalho Social* [CD ROM]. Belo Horizonte: Rumos.
- Freud, S. (1981). El malestar en la cultura. In S. Freud, *Obras Completas* (Vol. 2, pp. 3018-3067). Madrid: Biblioteca Nueva.
- Forrester, V. (1997). *O horror econômico*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- Gounet, T. (2002). *Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo.
- Guareschi, P. A. (1999). Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da injustiça social* (pp. 141-156). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Guareschi, P. A. (2001). Compromisso social da psicologia. In A. M. P. Caniato & E. A. Tomanik (Orgs.), *Compromisso social da psicologia* (pp. 60-97). Porto Alegre: ABRAPSOSUL.
- Guareschi, P. A. & Grisci, C. L. I. (1993). *A fala do trabalhador*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Ieno Neto, G. (2001). Os desafios do movimento sindical hoje: algumas indagações. In C. R. Horta & R. A. A. Carvalho (Orgs.), *Globalização, trabalho e desemprego: processos de inserção, desinserção e reinserção: enfoque internacional* (pp. 241-250). Belo Horizonte: C/Arte.
- Kurz, R. (2004). *Qué es la terciarización? (Perspectivas del cambio social)*. Acesso em 22 de maio, 2004, em <http://www.rebelion.org/sociales/040426kurz.htm>.
- Lisboa, M. D. (2002). Orientação profissional e o mundo do trabalho: reflexões sobre uma nova proposta frente a um novo cenário. In R. S. Levenfus & D. H. P. Soares (Orgs.), *Orientação vocacional ocupacional: novos achados teóricos, técnicos e instrumentais para a clínica, a escola e empresa* (pp.33-49). Porto Alegre: Artmed.
- Mancebo, D. (2000). Modernidade e produção de subjetividade. In *Anais da III Conferência de Pesquisa Sócio-Cultural*. São Paulo. Acesso em 15 de janeiro, 2009, em <http://www.fae.unicamp.br/br2000/trabs/2010.doc>.
- Neves, M. A. (2001). Trabalho, exclusão social e direitos. In C. R. Horta & R. A. A. Carvalho (Orgs.), *Globalização, trabalho e desemprego: processos de inserção, desinserção e reinserção: enfoque internacional* (pp. 58-66). Belo Horizonte: C/Arte.
- Paugam, S. (1999). O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais – uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da injustiça social* (pp. 67-86). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Pochmann, M. (2001). *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo.
- Sennett, R. (2001). *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.
- Velho, G. (1987). *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Recebido em: 07/04/2009
Revisão em: 15/09/2009
Aceite final em: 12/03/2010
- Angela Maria Pires Caniato é Professora Doutora do Curso de Mestrado em Psicologia do Departamento de Psicologia da UEM e Psicóloga Clínica. Endereço: R. Joaquim Nabuco, 1496, Zona 04. Maringá-PR, Brasil. CEP 87014-100. Email: ampicani@onda.com.br
- Claudia Cotrim Cesnick é Psicóloga, atua na Saúde Pública. Bolsista durante a graduação do Programa de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq/UEM
- Juliana da Silva Araújo é Psicóloga, Pós-Graduanda em Saúde Mental e Intervenção Psicológica pela Universidade Estadual de Maringá. Atua na Saúde Pública. Bolsista durante a graduação do Programa de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq/UEM.

Como citar:

Caniato, A. M. P., Cesnick, C. C., & Araújo, J. S. (2010). Subjetividades cúmplices e o sofrimento psicossocial na contemporaneidade. *Psicologia & Sociedade*, 22(2), 236-246.